

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 15, número 2 (2024)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Participação político-eleitoral das mulheres e desenvolvimento sustentável: uma tênue relação inesperada

Participación político-electoral de las mujeres y desarrollo sostenible: una relación inesperadamente tenue

Political-electoral women's participation and sustainable development: a tenuous unexpected relationship

Mariana Silveira Dourado Moraes

Universidade Federal do Paraná - Brasil
msdourado88@gmail.com

Vanessa Reis de Oliveira Caetano

Universidade Federal do Paraná - Brasil
vanessareolicaetano25@gmail.com

Ivan Jairo Junckes

Universidade Federal do Paraná - Brasil
ivanjairojunckes@gmail.com

Como citar este artigo:

MORAES, Mariana Silveira Dourado; CAETANO, Vanessa Reis de Oliveira; JUNCKES, Ivan Jairo. Participação político-eleitoral das mulheres e desenvolvimento sustentável: uma tênue relação inesperada. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 15, n. 2, p. 182-201, 2024. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Participação político-eleitoral das mulheres e desenvolvimento sustentável: uma tênue relação inesperada

Participación político-electoral de las mujeres y desarrollo sostenible: una relación inesperadamente tenue

Political-electoral women's participation and sustainable development: a tenuous unexpected relationship

Resumo

A literatura acadêmica indica que a igualdade de gênero e a ocupação de espaços decisórios pelas mulheres ampliam tendencialmente a conquista de bem-estar comum na sociedade. Visando a exploração dessa temática, o presente trabalho investiga a relação entre a participação política das mulheres em três eleições e dois indicadores de desenvolvimento sustentável. Para os trabalhos, foram utilizados dados dos repositórios de candidaturas e prestação de contas do Tribunal Superior Eleitoral referentes às candidaturas ao cargo de vereador nas eleições de 2008, 2012 e 2016, em 5.546 municípios do país, em associação com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR). Para o tratamento e análises estatísticas, foi utilizado o software Jamovi, além de planilhas de cálculo. Contrariando a literatura vigente, os resultados apontam para (inesperadas) correlações próximas a zero entre a maior ou menor participação político-eleitoral das mulheres e ampliação ou redução dos indicadores de desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Mulheres; Eleições; Desenvolvimento sustentável; Política; Democracia.

Resumen

La literatura académica sugiere que la igualdad de género y la mayor presencia de mujeres en puestos de toma de decisiones tienden a promover un mayor bienestar social. Con el objetivo de explorar esta temática, el estudio investiga la relación entre la participación política femenina en tres elecciones y dos indicadores de desarrollo sostenible. Para este análisis, se utilizaron datos de los repositorios de candidaturas y rendición de cuentas del Tribunal Superior Electoral (TSE) correspondientes a las candidaturas para concejales en las elecciones de 2008, 2012 y 2016 en 5.546 municipios del país, en asociación con el Índice FIRJAN de Desarrollo Municipal (IFDM) y el Índice de Desarrollo Sostenible de las Ciudades (IDSC-BR). Para el procesamiento y análisis estadístico se empleó el software Jamovi y hojas de cálculo. Contrario a lo que sugiere la literatura existente, los resultados muestran correlaciones cercanas a cero entre un mayor o menor nivel de participación política femenina y cambios en los indicadores de desarrollo sostenible.

Palabras-Clave: Mujeres; Elecciones; Desarrollo sostenible; Política; Democracia.

Mariana Silveira Dourado Moraes, Vanessa Reis de Oliveira
Caetano, Ivan Jairo Junckes



Abstract

The academic literature indicates that gender equality and the occupation of decision-making spaces by women tend to broaden common welfare achievement in society. Aiming to explore this theme, this study investigates the relationship between women's political participation in three elections and two indicators of sustainable development. The data was collected from the repository of candidate registers and their accounting to the Brazilian Superior Electoral Court (TSE - Tribunal Superior Eleitoral) regarding candidates running for the municipal council election in 2008, 2012 and 2016 in 5,546 municipalities of the country along with the FIRJAN index of Municipal Development (IFDM) and the City Sustainable Development Index (IDSC-BR). The software Jamovi and calculation spreadsheets were used for data treatment and statistical analysis. Unlike the current literature, the results showed (unexpected) correlations, close to zero, between the highest and lowest political-electoral participation of women and increase or reduction in sustainable development indicators.

Keywords: Women; Elections; Sustainable development; Politics; Democracy.

Introdução

Nas sociedades contemporâneas, a democracia tem, em primeiro plano, os valores liberais da autonomia individual e da igualdade entre as pessoas, e, em segundo plano, os preceitos democráticos de governo do povo na participação direta nas escolhas comuns da sociedade (Miguel, 2000; 2014). Em uma de suas dimensões, a sustentabilidade é composta pela liberdade política e pela legitimidade dos processos democráticos, sendo as liberdades alcançadas por oportunidades e pela promoção dos direitos dos cidadãos (Sen, 2010). Portanto, a igualdade e justiça de gênero no sistema eleitoral são indicadores democráticos (Matos, 2010) e indicadores de desenvolvimento sustentável (Sen, 2010).

A ausência de determinados grupos nas esferas de participação social e decisão institucional é ameaçadora para a democracia e reveladora de lacunas do desenvolvimento sustentável. No caso das mulheres, a equidade de gênero é afetada por barreiras formais e informais que dificultam o acesso a esses espaços. Um dos indicadores contemporâneos de qualidade da democracia é o número de mulheres ocupando cargos de poder e de tomada de decisão, assim como é um determinante para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2018).

A defesa da maior participação das mulheres na política é frequentemente apoiada em uma postulação da diferença feminina no exercício do poder. Afirma-se que as características maternas transbordariam para arena política, fazendo com que as mulheres fossem mais preocupadas com questões de bem comum e menos competitivas (ONU, 1995; Miguel; Feitosa, 2009). Os estereótipos ligados à figura da mulher se relacionam a um modelo binário que polariza a mulher como cuidadora do bem-estar e o homem como provedor (Matos, 2010).

Assembleias e Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) discutem há décadas os arranjos institucionais e políticos para que ampliem a estabilidade institucional democrática sob a perspectiva da igualdade de gênero, incorporando os conteúdos das reivindicações pautadas na igualdade de direitos e oportunidade, que visam o empoderamento e o alcance de direitos

**Mariana Silveira Dourado Moraes, Vanessa Reis de Oliveira
Caetano, Ivan Jairo Junckes**

Participação político-eleitoral das mulheres e desenvolvimento sustentável: uma tênue relação inesperada

humanos básicos, garantidos a todas e todos.

A Agenda 2030, estabelecida pela ONU, em 2015, afirma a condição imperativa da ampliação da participação política das mulheres para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2018). Dentre os 17 objetivos da Agenda 2030, o ODS 5 – Igualdade de Gênero apresenta como uma de suas metas a igualdade de oportunidade para liderança em níveis de tomada de decisão. Correndo o risco de um achado inusitado em nossa pesquisa, resolvemos testar o pressuposto dessa relação.

Considerando os debates em torno da participação e representação política das mulheres e as metas do ODS 5, a pergunta que orienta o presente artigo é: qual a (co)relação entre a participação político eleitoral das mulheres nas câmaras de vereadores no Brasil e os indicadores de alcance do desenvolvimento sustentável¹? A hipótese nula assumida pelo presente trabalho, e que esperamos falsear, é que a participação política eleitoral das mulheres apresenta uma (co)relação nula ou mesmo negativa com indicadores de desenvolvimento sustentável. Embora tenhamos noção da limitada capacidade de criação e regulação de políticas públicas por parte do legislativo municipal no Brasil, optamos por iniciar uma agenda de pesquisas pela esfera que pode ser considerada o nascedouro da participação político-eleitoral.

Para o desenvolvimento da pesquisa e cálculos para teste da nossa hipótese de trabalho, sistematizamos os dados das eleições para o cargo de vereador nos anos 2008, 2012 e 2016, em 5.546 municípios brasileiros, de modo a obter taxas de participação político-eleitoral das mulheres entre eleitores, candidaturas, receitas, desempenho e sucesso eleitoral. Correlacionamos essas taxas com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), de 2022; e com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), de 2012 e 2016. Considerando que o tamanho do município influencia na dinâmica do processo eleitoral (Speck; Cervi, 2016), complementarmente foram aplicados os mesmos cálculos estatísticos aos dados estratificados por porte de municípios.

Os resultados são consistentes e não permitiram contestar a hipótese de partida, contribuindo assim com os debates sobre a participação político-eleitoral das mulheres na dinâmica do desenvolvimento sustentável. Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução: a revisão da literatura, o descritivo da metodologia utilizada nos trabalhos, a apresentação e discussão dos resultados e a conclusão.

As mulheres na política e o desenvolvimento sustentável: uma relação linear?

As desigualdades de gênero condicionam sujeitos sociais às oportunidades desiguais nas democracias contemporâneas, nas quais representantes eleitos atuam propondo e discutindo políticas públicas de redução ou manutenção das disparidades sociais e deterioração ambiental. A literatura (Litre; Drummond, 2014; Meireles; Andrade, 2017; ONU, 2019; Cardoso, 2021; Peixoto; Castro;

1 O desenvolvimento sustentável é entendido como um tipo de ação “socialmente incluyente, politicamente descentralizada, ambientalmente prudente e economicamente sustentada no tempo” (Sachs, 2010, p. 9).

Sampaio, 2022) afirma a importância da presença das mulheres nos cargos de liderança nas organizações e a representação política eleitoral da mulher como fatores determinantes para que as liberdades das mulheres sejam exercidas, no sentido de poder, autonomia e autodeterminação do agente.

Desde a década de 1940, as Conferências e Comissões da ONU aderem a pautas feministas e apontam as barreiras de domínio que direcionam as mulheres a posições dominadas. Os encontros globais influenciaram a implantação de medidas jurídicas que visam os direitos políticos e melhorias no campo educacional, civil, social e econômico para as mulheres, buscando a igualdade de gênero nas dinâmicas sociais contemporâneas e na distribuição equitativa do poder (Pinheiro, 2020).

Um dos pontos fundamentais para a igualdade de gênero foi a universalização de direitos políticos, com a conquista do direito de votar e ser votada ao longo do século XX. A Lei Internacional de Direitos Humanos, em 1948, consolidou o princípio da igualdade política entre homens e mulheres, depende de cada país a implantação de igualdade nos direitos civis e políticos para derrubar medidas legais que eram barreiras à participação política da mulher (Silveira, 2019). Constituições de muitos países revisaram suas posições que inferiorizavam a mulher em relação à posição do cidadão homem.

Em 1995, a Plataforma de Pequim, formulada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (ONU, 1995), foi marcada pelos avanços conceituais e pragmáticos da situação e dos direitos da mulher, a exemplo das leis de cotas de gênero no processo político eleitoral que em diversos países se tornaram instrumento decisivo para ampliar o número de eleitas nos cargos políticos de poder.

A partir da Plataforma de Pequim, a concepção de representação política das mulheres avançou como uma condição necessária para que os interesses das mulheres sejam considerados, contribuindo na redefinição das prioridades políticas e na inclusão de novos tópicos nos programas governamentais. A correspondência do que é representado no conjunto de representantes deveria espelhar um microcosmos da sociedade (Pitkin, 1967).

Os padrões de socialização e as experiências de vida entre homens e mulheres são distintos, as mulheres tendem a trazer suas experiências e conhecimento sob uma perspectiva diferenciada para apoiar suas decisões políticas (Miguel; Feitosa, 2009). Os movimentos e formulações na literatura confirmam, para Litre e Drummond (2014), as mulheres são importantes agentes de transformação da sociedade e têm papel fundamental para dar o tom necessário rumo à sustentabilidade.

A diferença entre homens e mulheres deixou de ser uma justificativa para exclusão do gênero e passou a servir de apoio à própria lógica de incorporação da perspectiva de gênero aos clamores da sustentabilidade (Matos, 2010). Segundo a ONU, essa perspectiva diferenciada das mulheres na política contribui na promoção do desenvolvimento sustentável local (ONU, 1995). A literatura argumenta que as mulheres devem se fazer representadas porque possuem interesses específicos, legítimos, ligados ao gênero, que precisam ser levados em conta (Miguel, 2000; 2009; Andrade; Machado, 2017).

O debate e o desvelo da dicotomização dos interesses de homens e mulheres

**Mariana Silveira Dourado Moraes, Vanessa Reis de Oliveira
Caetano, Ivan Jairo Junckes**

têm apontado para um desempenho diferenciado das mulheres na esfera política, baseando-se na ideia de que as mulheres se preocupam mais com aqueles que as cercam do que consigo mesmas. Essas concepções singularizam o sujeito mulher, pois o fato de ser mulher não é suficiente para definir seus interesses e sua atuação na política, cada mulher molda sua forma de atuar influenciada por características como etnia, classe social, orientação sexual, origem familiar e ideologia partidária (Andrade; Machado, 2017). Apesar das controvérsias, ganha força a ideia de que importa a que grupos descritivos pertencem os participantes das decisões políticas (Sacchet, 2020).

A literatura também traz outros argumentos críticos no que tange às ações afirmativas que buscam o aumento da participação política eleitoral das mulheres. Argumenta-se que a ampliação da participação da mulher interpretada pela representação descritiva é problemática por limitar a sub-representação de outros tantos grupos sociais. Adicionalmente, as experiências das mulheres no poder demonstram que a política do desvelo não é automática, com as mulheres direcionadas a questões de menor prestígio e que exigem menor capital político, mantendo a divisão sexual do trabalho político, que destina aos homens tarefas socialmente mais valorizadas (Miguel, 2000).

A representação democrática das mulheres é fundamental para que elas participem das áreas da vida pública e institucional. Elas são parte fundante da democracia, não apenas como indivíduo social, mas também com grupo influente, como coletivo que se mobiliza, se organiza e organiza outros grupos, que luta para realizar suas justas aspirações e seus desejos de autonomia e liberdade. Todavia, muitas das decisões de políticas públicas voltadas às mulheres são tomadas pouco considerando interesses específicos delas (Matos, 2010). No Brasil, o poder político é ocupado pela maioria absoluta de homens, eles são 87% dos prefeitos e 80% dos vereadores eleitos, em 2020². Um quadro crítico ante qualquer indicador de qualidade da democracia.

Analisando a desigualdade de gênero nas eleições de 2008, 2012 e 2016 para o cargo de vereador³, nos municípios com mais de 50 mil habitantes, Bueno (2020) aponta que “o fato de ser mulher diminuiu as chances em todos os ciclos eleitorais estudados em mais de 40% comparada aos homens” (Bueno, 2020, p.82). Fenômeno confirmado por Cordova (2023), em estudos em municípios com até 50.000 eleitores.

Implantada a partir de lutas sociais e acordos em torno da Plataforma de Pequim, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) visa a promoção da igualdade de gênero nos espaços de decisão, uma vez que a questão do gênero é um fator de desequilíbrio no processo eleitoral quanto às chances de acesso a mandatos eletivos no Brasil. Todavia, as políticas de cotas têm se mostrado limitadas para enfrentar a sub-representação da mulher na política institucional. As cotas contribuíram para incrementar o patamar de candidatas, em torno de 30%, porém, a proporção de mulheres entre os eleitos mal ultrapassa metade disso (Silveira, 2019).

2 <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>>.

3 Utilizaremos o termo “vereador”, tal qual utilizado pelo TSE para registro de candidaturas e para diplomação nos anos pesquisados, mesmo reconhecendo as suas limitações para o acolhimento da parcela de mulheres que disputa o cargo.

Os partidos políticos são os responsáveis por lançar as candidaturas e, premidos por estratégias pragmáticas ou por comprometimento ideológico patriarcal, adotam critérios para alocação de recursos políticos, materiais e simbólicos, produzindo e reproduzindo a desigualdade de gênero no processo eleitoral. A composição dos partidos políticos é basicamente masculina e os homens não têm nenhum incentivo para mudar o cenário de desigualdade de gênero. Em 2019, dos 35 partidos políticos registrados no TSE, apenas 3 deles eram presididos por mulheres (Silveira, 2019). Eles funcionam por uma lógica de comportamento masculino que isola e desestimula a participação das mulheres (Sacchet, 2011). Desempenhando papel de mediadores das regras eleitorais e de resistência nas iniciativas que visam impulsionar a participação política das mulheres (Sacchet, 2020), os partidos políticos agem para mitigar os avanços da equidade na dinâmica política eleitoral (Peixoto; Marques; Ribeiro, 2022).

Sobre as mulheres que alcançam sucesso eleitoral e participam das atividades legislativas, as bandeiras partidárias, regionais, familiares e de movimentos específicos influenciam a atuação das parlamentares eleitas. Porém, é um traço comum a atuação legislativa em assuntos entendidos como das mulheres e de bem-estar comum, como nos assuntos relacionados à bancada das mulheres, de saúde e da educação, quando as práticas legislativas dos homens se concentram em temas de cunho político-legal e econômico (Miguel; Feitosa, 2009; Biroli; Mello, 2010; Andrade, 2013; Andrade; Machado, 2017).

Evidências trazidas por Brollo e Troiano (2016) apontam que as prefeitas têm menos probabilidade de se envolverem em irregularidades administrativas e fazem um melhor trabalho na transferência e no fornecimento do bem comum, e que os prefeitos contratam mais cargos comissionados em ano eleitoral, estabelecendo relações de clientelismo⁴. A participação política local das mulheres pode influenciar políticas de demandas urgentes a milhares de mulheres e crianças e na implementação de políticas sociais nacionais (Meireles; Andrade, 2017).

Na dimensão corporativa do setor privado, ao que se refere à igualdade de gênero e sustentabilidade, estudos mostram associação positiva entre a presença de mulheres e melhores desempenhos nos processos sustentáveis. As executivas apontam que as características de cuidado, maternidade, do olhar para os comuns, consideradas tipicamente femininas, são pontos fortes para a condução de estratégias de sustentabilidade bem-sucedidas, por questões de alinhamento com valores pessoais e maior preocupação com a agenda ambiental (Cardoso, 2021). As empresas que apresentam melhor avaliação para riscos socioambientais são aquelas que contam com a maior participação de conselheiras e/ou diretoras (Cardoso, 2021). A presença de mulheres no Conselho de Administração tem relação positiva com o Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) de firmas brasileiras (Peixoto; Castro; Sampaio, 2022).

A participação das mulheres nos cargos de alta liderança nas organizações

4 Clientelismo é definido por Weingrod (1968 *apud* Brollo; Troiano, 2016, p. 29) como “a forma como os políticos partidários distribuem empregos públicos ou favores especiais em troca de apoio eleitoral.

privadas são influenciados por diferentes fatores. No caso das empresas com maior desempenho de sustentabilidade, destaca-se o fator endógeno de engajamento proativo do meio corporativo que projeta a sustentabilidade como propósito de negócio. Nas organizações com menor desempenho de sustentabilidade, o fator exógeno da pressão do mercado é o que pauta os processos sustentáveis (Cardoso, 2021). Na Comunidade Europeia, existem instrumentos jurídicos de diversos níveis e formas que promovem a igualdade de gênero no ambiente corporativo, nessas nações, as mulheres assumem papéis relevantes e eficazes na gestão das empresas (Peixoto; Castro; Sampaio, 2022).

Mesmo havendo avanços, as condições da política contemporânea possibilitam incorporar um contingente de mulheres a posições de poder sem, contudo, romper com o padrão de desigualdade e concentração política, sem a efetiva valorização da agenda política feminina e sem que o modelo “masculino” da prática política seja questionado (Miguel; Biroli, 2010). São mulheres inseridas no jogo democrático que atuam conforme seus interesses e os interesses partidários, corroborando com a manutenção da sua posição e da elite política atuante. Exemplo flagrante pode ser verificado na votação do Projeto de Lei nº 4438/2023, a minirreforma eleitoral de 2023, que apresenta, dentre outros pontos controversos, diversos retrocessos nas normas de estímulo à ampliação da representatividade feminina, de pretos e pardos no espaço legislativo. A votação contabilizou 367 votos a favor e 86 votos contrários, sem distinção estatisticamente significativa entre os gêneros dos deputados e deputadas votantes (Siqueira, 2023).

A partir dos argumentos apresentados, este trabalho se propõe investigar a relação entre participação política eleitoral a mulher na esfera do legislativo municipal e a promoção do desenvolvimento sustentável. Para tal, relatamos a seguir os materiais utilizados e métodos adotados.

Materiais e métodos

A literatura já citada aponta para uma relação positiva entre participação política das mulheres e sustentabilidade, todavia, resolvemos testar tal relacionamento em um traço específico e perguntamos: qual a (co)relação entre a participação político eleitoral das mulheres nas câmaras de vereadores no Brasil e os indicadores de alcance do desenvolvimento sustentável? A hipótese assumida para o presente trabalho instiga e provoca ao buscar falsear a seguinte formulação: a participação política eleitoral das mulheres apresenta (co)relação nula ou mesmo negativa com índices de desenvolvimento sustentável. A variável participação política eleitoral da mulher foi calculada a partir da taxa (0-1) de mulheres entre eleitores, candidaturas, receitas, votos e eleitos; e para a variável de desenvolvimento sustentável foram considerados como *proxi* os índices IDSC-BR 2022, IFDM 2012 e 2016, devidamente normalizados e tornados taxa variando entre 0 e 1.

Os dados das eleições para o cargo de vereador nos anos de 2008, 2012 e 2016 que foram utilizados para calcular as taxas de participação político-eleitoral das mulheres em 5.546 municípios brasileiros têm origem no Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

**Mariana Silveira Dourado Moraes, Vanessa Reis de Oliveira
Caetano, Ivan Jairo Junckes**

Participação político-eleitoral das mulheres e desenvolvimento sustentável: uma tênue relação inesperada

(<<https://dadosabertos.tse.jus.br/>>), tendo sido tratados no âmbito do Laboratório de Análise de Redes da Universidade Federal do Paraná (LAR-UFPR) (<<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/302305>>). As taxas de participação das mulheres foram correlacionadas com o IDSC-BR 2022 (<<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>>) e com o IFDM 2012 e 2016 (<<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>).

O IDSC-BR faz parte de uma série de relatórios produzidos pela *Sustainable Development Solutions Network (SDSN)* para acompanhar a implementação dos ODS nos países-membro da ONU, como o Brasil. Ele apresenta uma avaliação abrangente da distância para se atingir as metas dos objetivos ODS em 5.569 municípios brasileiros, usando os dados mais atualizados disponíveis ao nível nacional. Escalado de 0 a 100, em que zero indica o pior desempenho e cem o desempenho ótimo, o IDSC-BR utiliza cem indicadores referentes às várias áreas de atuação da administração pública para acompanhar o desempenho municipal nos 17 ODS (IDSC-BR, 2022).

O IFDM foi criado em 2008 e é um estudo feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, e utiliza como referência indicadores municipais. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade, e o cálculo do IDH considera o PIB per capita, a educação e a longevidade (Firjan, 2016⁵).

Os cálculos estatísticos foram realizados com o auxílio do software JAMOVÍ (<<https://www.jamovi.org/>>) e divididos em duas etapas. Na primeira, as taxas das variáveis de participação eleitoral das mulheres (eleitores, candidaturas, receitas, votos e eleitos) dos anos 2008, 2012, 2016 foram correlacionados com os valores das taxas dos índices IFDM de 2012 e 2016 e IDSC-BR 2022. Os testes de correlação de Pearson medem o grau de associação entre as variáveis; o coeficiente de determinação (R^2) expressa a proporção da variação de uma medida (Y) explicada pela variação de outra (X). Para todos os efeitos, adotamos a categorização adaptada de Callegari-Jacques (2003) para interpretação do valor do coeficiente de correlação de Pearson, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 – Categorização do coeficiente de correlação

Coeficiente de Correlação	Classificação
$r = 0$	Nula
$0 < r \leq 0,3 $	Fraca
$ 0,3 < r \leq 0,6 $	Moderada
$ 0,6 < r \leq 0,9 $	Forte
$ 0,9 < r < 1 $	Muito Forte
$r = 1$	Perfeita

Elaboração: Callegari-Jacques (2003).

Na segunda etapa dos testes, as diferenças entre as taxas de participação das mulheres entre os anos 2016 e 2008, e 2012 e 2008 foram correlacionadas com os dados de desenvolvimento 2016 e 2022. A diferença entre as taxas de participação eleitoral das mulheres entre os anos 2016 e 2008, e 2012 e 2008, foram calculadas da seguinte maneira.

5 Além de Firjan (2016), consultar: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>.

$$2016_2018_taxa_participação_feminina_X = 2018_taxa_participação_feminina_X - 2016_taxa_participação_feminina_X$$

$$2012_2008_taxa_participação_feminina_X = 2012_taxa_participação_feminina_X - 2008_taxa_participação_feminina_X$$

Para os testes complementares, os dados foram estratificados por tamanho/porte de município e os testes estatísticos principais foram espelhados. A estratificação dos municípios seguiu os padrões de Speck e Cervi (2016), que considera a quantidade de habitantes e a presença do HGPE nos municípios para dividi-los e classificá-los em: pequeno, pequeno-médio, médio, médio-grande e grande. Apresentamos, a seguir, os (inesperados) resultados obtidos com os trabalhos.

Achados de pesquisa que (contraintuitivamente) frustram a literatura

As variáveis de participação política das mulheres nos anos de 2008, 2012 e 2016 correlacionadas com as variáveis de desenvolvimento IFDM 2012, IFDM 2016 e IDSC-BR 2022, apresentam correlação nula ou, quando positiva, classificada como fraca ou muito fraca. Considerado o R^2 , ou seja, o coeficiente de determinação, verifica-se um valor próximo a zero em todas as situações testadas. O mesmo aconteceu nos testes com as variáveis de diferença da participação política eleitoral das mulheres entre os anos de 2016 e 2008, e 2016 e 2012, com a variável de desenvolvimento IDSC-BR, e de diferença da participação política das mulheres entre os anos de 2012 e 2008, com a variável de desenvolvimento IFDM 2016, que buscavam verificar algum relacionamento entre o incremento da participação eleitoral das mulheres e os índices de desenvolvimento selecionados.

Os testes complementares com os municípios agrupados por porte para calcular o Coeficiente de Correlação (R) e o Coeficiente de Determinação (R^2) entre as variáveis, da mesma maneira que os primeiros testes, embora apresentem alguns valores de grau de relacionamento fraco, têm valor é próximo a zero, o que nos leva a afirmar que elas não se relacionam.

Os resultados indicam, pelo menos estatisticamente, que não há correlação entre a participação político-eleitoral das mulheres e os índices de desenvolvimento sustentável e tampouco entre o incremento da participação político-eleitoral das mulheres e o incremento dos índices de desenvolvimento sustentável. O quadro persiste mesmo quando segmentados os testes por porte de municípios no país. Portanto, somos forçados aceitar nossa hipótese de partida, embora esperássemos a sua rejeição em função da literatura consultada. Dez tabelas com os resultados dos testes, com Coeficientes de Correlação (R) e Coeficientes de Determinação (R^2), estão disponíveis no apêndice do artigo.

Caso os resultados apresentassem correlações minimamente expressivas, haveríamos de ressaltar que o fato de variáveis apresentarem correlação não implica qualquer indicação linear de causalidade entre elas, por suposto estatístico básico. Todavia, em não apresentando sequer correlação, ou que essa seja próxima de zero, há no caso um indicativo elementar de não causalidade entre as variáveis.

Os resultados frustram a literatura, pois não foram confirmadas no presente

**Mariana Silveira Dourado Moraes, Vanessa Reis de Oliveira
Caetano, Ivan Jairo Junckes**

estudo as formulações correntes de que a participação e a presença das mulheres em espaços decisórios implicariam a ampliação das dimensões do desenvolvimento sustentável (ONU, 1995; Litre; Drummond, 2014; Miguel, 2000; 2009; Andrade; Machado, 2017; Meireles; Andrade, 2017; ONU, 2019; Cardoso, 2021; Peixoto; Castro; Sampaio, 2022).

Concordamos com Miguel e Feitosa (2009) e Andrade e Machado (2017), quando afirmam que as mulheres possuem padrões de socialização e experiências diferentes dos homens no que tange suas decisões políticas (Miguel; Feitosa, 2009), todavia, o fato de ser mulher não determina seus interesses e sua atuação política (Andrade; Machado, 2017). É possível demonstrar que a participação política de mulheres em espaços decisórios, prefeituras, no caso, reduz chances de envolvimento em irregularidades administrativas e amplia o desempenho na transferência e no fornecimento do bem comum, tal qual o fazem Brollo e Troiano (2016), dentre outros estudos já citados. Mas também tem sido possível verificar a presença de mulheres que atuam conforme os interesses partidários, distantes da defesa das questões de gênero e de bem comum, como nas votações do Projeto de Lei de Igualdade Salarial (Brasil, 2023) e da Minirreforma eleitoral de 2023 (Siqueira, 2023), além do direcionamento de recursos para candidatos e candidatas escolhidos e com maiores chances eleitorais, para que estes sejam defensores, prioritariamente, dos interesses partidários (Silveira, 2019; Sacchet, 2020). Seguramente, há muito a ser investigado na área e sobre a problemática discutida no presente trabalho.

Conclusão

Esperávamos falsear nossa hipótese de partida, todavia os resultados foram consistentes no sentido contrário, ou seja, não foi possível rejeitar que a participação político-eleitoral das mulheres apresenta uma (co)relação nula ou mesmo negativa com indicadores de desenvolvimento sustentável. Não encontramos evidências de correlação minimamente expressiva e, portanto, de possível causalidade, entre essas variáveis. O mesmo quadro se confirma quando os dados são estratificados por porte dos municípios no Brasil. Ou seja, a maior ou menor participação de mulheres na política eleitoral do legislativo municipal brasileiro não está relacionada a melhores ou piores índices de desenvolvimento sustentável.

É importante considerar que os resultados desse estudo são válidos quando considerados estritamente os dados de participação político-eleitoral das mulheres nas eleições legislativas municipais selecionadas e também os indicadores selecionados: IDSC-BR e IFDM. Portanto, os resultados não universalizam o desempenho das mulheres nas políticas públicas de sustentabilidade e tampouco as possibilidades e potencialidades das mulheres na política e suas contribuições ao desenvolvimento sustentável. Sem que possamos afirmar qualquer causalidade entre as variáveis estudadas, este trabalho provoca novos estudos sobre o pertencimento aos grupos descritivos das detentoras e detentores de poder político e seu desempenho no mundo.

Referências

ANDRADE, Gabriela Oliveira de. Presença da diferença: uma análise da atuação política de mulheres parlamentares (2003-2006). **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 459-459, mai./ago. 2013.

ANDRADE, Denise Almeida de; MACHADO, Monica Sapucaia. Participação política das mulheres: desafios para a equidade. **Revista Jurídica da FA7**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 43-64. jan/dez. 2017.

BIROLI, Flávia.; MELLO, Janine. Gênero e representação política: hipóteses sobre as diferenças entre a atuação de deputadas e deputados federais na 52ª legislatura (2003-2006). **Revista Ártemis**, Pernambuco, n. 11, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Participação feminina cresceu nas eleições municipais deste ano**. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/386941-participacao-feminina-cresceu-nas-eleicoes-municipais-deste-ano/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Planalto. **Senado aprova projeto de lei que reforça igualdade salarial entre homens e mulheres**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o%20planalto/not%C3%ADcias/2023/06/senado-aprova-projeto-de-lei-que-reforca-igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Câmara Dos Deputados. **Câmara aprova texto-base da minirreforma eleitoral; votação prossegue nesta quinta-feira**. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/997242-camara-aprova-texto-base-da-minirreforma-eleitoral-votacao-prossegue-nesta-quinta-feira/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BROLLO, Fernanda.; TROIANO, Ugo. What Happens When a Woman Wins an Election? Evidence from Close Races in Brazil. *Journal of Development Economics*, **Revista de Economia do Desenvolvimento**, v. 122, 2016, p. 28-45, set. 2016.

BOLOGNESI, Bruno. A Cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 113-129, jun.2012

BUENO, Adriana Aurea Mota; JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CLEMENTE, Augusto Junior; Gênero e Política: A (Sub)Representação das Mulheres nas Eleições de 2008, 2012 e 2016 nos Municípios de Médio e Grande Porte no Brasil. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 35 - 59, jan./jun. 2020.

**Mariana Silveira Dourado Moraes, Vanessa Reis de Oliveira
Caetano, Ivan Jairo Junckes**



CALLEGARI-JACQUES, Sidia M. **Bioestatística**: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

CORDOVA, Dawana Ferreira et al. Democracia e Representação Política de Mulheres em Municípios de Médio e Pequeno porte no Brasil. **Revista Latinoamericana de Geografia e Gênero**, v. 14, n. 1, 2023.

CARDOSO, Monique de Oliveira. **Agenda ESG, substantivo feminino**: a relação entre presença de mulheres na alta liderança e sustentabilidade nas empresas. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão para a Competitividade) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.

LITRE, Gabriela; DRUMMOND, Augusto. “Mulheres e Sustentabilidade - Women and Sustainability: Ana Toni, Mara Régia, Marina Grossi, Thais Corral e Sandra Di Croce”. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 108-121, mai./ago. 2014.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MEIRELES, Fernando; ANDRADE, Luciana Vieira Rubim. Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n. 63, p. 79-101, set. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e discurso político**: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994. Campinas: UNICAMP-Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e Representação**: territórios em disputa. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe.; FEITOSA, Fernanda. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201 - 221, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Fernanda. “A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n.73, p. 59-76, jun. 2010.

MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2, v. 7, n. 1, p. 181-202, jan./jun. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração e Plataforma de Ação

**Mariana Silveira Dourado Moraes, Vanessa Reis de Oliveira
Caetano, Ivan Jairo Junckes**

da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim: ONU, 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 01 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasil: ONU, 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Mulheres na liderança trazem melhor desempenho para as empresas, diz relatório. Brasil: ONU, 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/05/1673361>. Acesso em: 01 mar. 2024.

PINHEIRO, Ana Laura Lobato. “Direitos Humanos das Mulheres”. In: FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina. **Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2020.

PEIXOTO, Fernanda Maciel; SAMPAIO, Danilo de Oliveira; CASTRO, Fernanda Ernesto Machado Félix. Diversidade do Conselho e o ICO2: Gênero importa? Belo Horizonte. **R. Adm. FACES Journal**, v.21, n.2, p. 10-28, abr./jun. 2022.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; MARQUES, Larissa Martins; RIBEIRO, Leandro Molhano; Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). São Paulo, **Estudos Avançados**, v. 36, n.106, p. 93-116, 2022.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California, 1967.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e sub-representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas no Brasil. In: PAIVA, D.; BEZERRA, H. D. **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cânone Editorial, 2011.

SACCHET, T. “A Culpa é dos Partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais”. In: BIROLI, Flavia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLANDA BUARQUE DE, Cristina; OLIVEIRA ELIAS DE, Vanessa. **Mulheres, Poder e Ciência Política**. São Paulo: Editora da Unicamp. 2020. p. 71- 105.

SACHS, Ignacy. Prefácio. In: VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável, desafio do século XXI**. São Paulo: Garamond, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

**Participação político-eleitoral das mulheres e desenvolvimento sustentável:
uma tênue relação inesperada**

SIMÕES, Mauro Cardoso. Sobre John Stuart Mill: uma crítica à interpretação de Gertrud Himmelfarb. *Seara Filosófica*, n. 8, inverno, p.7-13, 2014.

SILVEIRA, Marilda de Paula. Democracia De Gênero e Seus Desafios: Como as Ações Afirmativas Para Participação Feminina Na Política Devem Ser Aprimoradas. *Rev. Fac. Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 75, pr. 323-348, jul./dez. 2019.

SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, Emerson Urizzi. O Peso Do Dinheiro e Do Tempo De Rádio e TV Na Disputa Do Voto Para Prefeito.” *In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. A Lógica das Eleições Municipais*. São Paulo: Editora FGV, 2016.

Tabela 01 - Coeficientes de correlação (R) e coeficiente de determinação (R²) entre as variáveis das eleições de 2008 a 2016 e índices de desenvolvimento

MATRIZ DE CORRELAÇÃO		ELEIÇÃO 2008 X IFDM_GERA L_2012		ELEIÇÃO 2008 X IFDM_GERA L_2016		ELEIÇÃO 2008 X taxa_Pontuação_ODS_2022		ELEIÇÃO 2012 X IFDM_GERA L_2016		ELEIÇÃO 2012 X taxa_Pontuação_ODS_2022		ELEIÇÃO 2016 X taxa_Pontuação_ODS_2022	
		R	R ²	R	R ²	R	R ²	R	R ²	R	R ²	R	R ²
taxa_participação_feminina_QTD_ELEITORES_FEMININO	R de Pearson	0.1394 ***	0,0194	0.1481 ***	0,0219	0.1004 ***	0,0101	0.0384 **	0,0015	0.1170 ***	0,0137	0.1330 ***	0,0177
	gl	5491		5450		5544		5450		5547		5546	
	p-value	<.001		<.001		<.001		0.002		<.001		<.001	
taxa_participação_feminina_entre_eleitos	R de Pearson	-		-		-		0.0369 **	0,0014	0.0606		0.0358 **	0,0013
	gl	5491		5450		5544		5450		5547		5546	
	p-value	1.000		1.000		1.000		0.003		<.001		0.004	
taxa_participação_feminina_entre_candidatos_bb_az	R de Pearson	0.0516 ***	0,0266	0.0203		0.0199		0.0711		0.0891 ***	0,0079	0.0504	
	gl	5491		5450		5544		5450		5547		5546	
	p-value	<.001		0.067		0.931		1.000		1.000		1.000	
taxa_participação_feminina_entre_receitas	R de Pearson	0.0060		0.0003		0.0335		0.0950 ***	0,0090	0.0561		0.0504	
	gl	5491		5450		5544		5450		5547		5546	
	p-value	0.328		0.508		0.994		<.001		<.001		1.000	
taxa_participação_feminina_entre_votos	R de Pearson	-		-		-		0.0278 *	0,0008	-		0.0428 ***	0,0018
	gl	5491		5450		5544		5450		5547		5546	
	p-value	1.000		1.000		1.000		0.020		0.637		<.001	

Nota. H_a é correlação positiva

Nota. * p < .05; ** p < .01; *** p < .001, unicaudal

Elaboração própria.

Fontes: TSE, IDSC-BR e IFDM.

**Participação político-eleitoral das mulheres e desenvolvimento sustentável:
uma tênue relação inesperada**

Tabela 02 - Coeficientes de correlação (R) e coeficiente de determinação (R²) entre as variáveis da diferença entre as eleições de 2008 a 2016 e as variáveis de desenvolvimento

MATRIZ DE CORRELAÇÃO		DIFERENÇA 2016 2012 X taxa_Pontua ção_ODS_20 22 R ²		DIFERENÇA 2016 2008 X taxa_Pontua ção_Índice_ ODS R ²		DIFERENÇA 2012 2008 X IFDM_GERA L_2016 R ²	
taxa_participação_feminina_QTD_ELEITORES_FEMININO	R de Pearson gl p-value	0.0691 *** 5546 <.001	0,0048	0.0557 *** 5544 <.001	0,0031	0.0409 ** 5448 0.001	0,002
taxa_participação_feminina_entre_eleitos	R de Pearson gl p-value	- 0.0245 5546 0.0966	-	0.0385 ** 5544 0.002	0,0015	- 0.0062 5448 0.676	-
taxa_participação_feminina_entre_candidatos_bb_az	R de Pearson gl p-value	0.0389 ** 5546 0.002	0,0015	0.0316 ** 5544 0.009	0,0010	0.0507 *** 5448 <.001	0,003
taxa_participação_feminina_e_entre_receitas	R de Pearson gl p-value	-0.0810 5546 1.000	-	0.0189 5544 0.920	-	0.0907 *** 5448 <.001	0,008
taxa_participação_feminina_entre_votos	R de Pearson gl p-value	0.0476 *** 5546 <.001	0,0023	0.1162 *** 5544 <.001	0,0135	0.0996 *** 5448 <.001	0,010

Nota. H₃ é correlação positiva

Nota. * p < .05, ** p < .01, *** p < .001, unicaudal

Elaboração própria.

Fontes: TSE, IDSC-BR e IFDM.

Tabela 03 - Matriz de correlação e R² entre eleição 2008 x IFDM 2012, por porte

ELEIÇÃO 2008 X IFDM_GERAL_2012											
Matriz de Correlações		Grande	R ²	Médio-Grande	R ²	Médio	R ²	Pequeno-Médio	R ²	Pequeno	R ²
IFDM_GERAL_2012	R de Pearson	—		—		—		—		—	
	gl	—		—		—		—		—	
	p-value	—		—		—		—		—	
taxa_participação_feminina_QTD_ELEITORES_FEMININO	R de Pearson	-0.2072		-0.0687		0.1491 ***	0,0222	0.0258		0.0351	
	gl	90		347		2046		1462		1538	
	p-value	0.048		0.900		<.001		0.162		0.084	
taxa_participação_feminina_entre_candidatos_bb_az	R de Pearson	0.1251		0.1416 **	0,0201	0.0901 ***	0,0081	-0.0423		-0.0033	
	gl	90		347		2046		1462		1538	
	p-value	0.235		0.004		<.001		0.947		0.551	
taxa_participação_feminina_entre_eleitos	R de Pearson	-0.1491		-0.1208		-0.0926		-0.1035		-0.0495	
	gl	90		347		2046		1462		1538	
	p-value	0.156		0.988		1.000		1.000		0.974	
taxa_participação_feminina_entre_receitas	R de Pearson	-0.0873		-0.0647		0.0283		0.0023		0.0116	
	gl	90		347		2046		1462		1538	
	p-value	0.408		0.886		0.100		0.465		0.325	
taxa_participação_feminina_entre_votos	R de Pearson	-0.1047		-0.1190		-0.0364		-0.0814		-0.0302	
	gl	90		347		2046		1462		1538	
	p-value	0.321		0.987		0.950		0.999		0.882	

Nota. H₃ é correlação positiva

Nota. * p < .05, ** p < .01, *** p < .001, unicaudal

Elaboração própria.

Fontes: TSE e IFDM.

Mariana Silveira Dourado Moraes, Vanessa Reis de Oliveira
Caetano, Ivan Jairo Junckes



**Participação político-eleitoral das mulheres e desenvolvimento sustentável:
uma tênue relação inesperada**

Tabela 04 - Matriz de correlação e R² entre eleição 2008 x IFDM 2016, por porte

ELEIÇÃO 2008 X IFDM_GERAL_2016											
Matriz de Correlações		Grande	R ²	Médio-Grande	R ²	Médio	R ²	Pequeno-Médio	R ²	Grande	R ²
IFDM_GERAL_2016	R de Pearson	—		—		—		—		—	
	gl	—		—		—		—		—	
	p-value	—		—		—		—		—	
taxa_participação_feminina_QTD_ELEITOR_ES_FEMININO_min_max_feminilidade_entre_candidatos_bb_az	R de Pearson	-0.1711		-0.0586		0.1857 ***	0,0345	0.0818 ***	0,0067	0.0556 *	0,0031
	gl	90		347		2036		1454		1515	
	p-value	0.948		0.862		< .001		< .001		0.015	
taxa_participação_feminina_entre_eleitos	R de Pearson	0.0806		0.1162 *	0,0135	0.0545 **	0,0030	-0.0496		-0.0335	
	gl	90		347		2036		1454		1515	
	p-value	0.223		0.015		0.007		0.971		0.904	
taxa_participação_feminina_entre_receitas	R de Pearson	-0.0758		-0.0869		-0.0890		-0.0802		-0.0444	
	gl	90		347		2036		1454		1515	
	p-value	0.764		0.947		1.000		0.999		0.958	
taxa_participação_feminina_entre_votos	R de Pearson	0.0405		-0.0427		0.0107		-0.0056		0.0130	
	gl	90		347		2036		1454		1515	
	p-value	0.351		0.787		0.314		0.584		0.307	
taxa_participação_feminina_entre_votos	R de Pearson	-0.0435		-0.1021		-0.0485		-0.0496		-0.0523	
	gl	90		347		2036		1454		1515	
	p-value	0.660		0.972		0.986		0.971		0.979	

Nota. H_a é correlação positiva

Nota. * p < .05, ** p < .01, *** p < .001, unicaudal

Elaboração própria.
Fontes: TSE e IFDM.

Tabela 05 - Matriz de correlação e R² entre eleição 2008 x IDSC 2022, por porte

ELEIÇÃO 2008 X taxa_Pontuação_Índice_ODS											
Matriz de Correlações		Grande	R ²	Médio-Grande	R ²	Médio	R ²	Pequeno-Médio	R ²	Pequeno	R ²
taxa_Pontuação_Índice_ODS	R de Pearson	—		—		—		—		—	
	gl	—		—		—		—		—	
	p-value	—		—		—		—		—	
taxa_participação_feminina_QTD_ELEITORES_FEMININO_min_max_feminilidade_entre_candidatos_bb_az	R de Pearson	-0.1932		-0.0125		0.1755 ***	0,0308	0.0768 **	0,0059	0.0558 *	0,0031
	gl	90		347		2067		1479		1553	
	p-value	0.967		0.592		< .001		0.002		0.014	
taxa_participação_feminina_entre_candidatos	R de Pearson	0.1410		0.1803 ***	0,0325	0.0009		-0.0742		-0.0330	
	gl	90		347		2067		1479		1553	
	p-value	0.090		< .001		0.483		0.998		0.903	
taxa_participação_feminina_entre_eleitos	R de Pearson	-0.1055		-0.1095		-0.1112		-0.0953		-0.0457	
	gl	90		347		2067		1479		1553	
	p-value	0.841		0.980		1.000		1.000		0.964	
taxa_participação_feminina_entre_receitas	R de Pearson	-0.0912		-0.0606		-0.0338		-0.0547		0.0072	
	gl	90		347		2067		1479		1553	
	p-value	0.806		0.871		0.938		0.982		0.389	
taxa_participação_feminina_entre_votos	R de Pearson	-0.0754		-0.0996		-0.0951		-0.1071		-0.0397	
	gl	90		347		2067		1479		1553	
	p-value	0.762		0.968		1.000		1.000		0.941	

Nota. H_a é correlação positiva

Nota. * p < .05, ** p < .01, *** p < .001, unicaudal

Elaboração própria.
Fontes: TSE e IDSC-BR.

**Participação político-eleitoral das mulheres e desenvolvimento sustentável:
uma tênue relação inesperada**

Tabela 06 - Matriz de correlação e R² entre eleição 2012 x IFDM 2016, por porte

ELEIÇÃO 2012 X IFDM_GERAL_2016						
Matriz de Correlações		Grande R ²	Médio-Grande R ²	Médio R ²	Pequeno-Médio R ²	Pequeno R ²
IFDM_GERAL_2016	R de Pearson	—	—	—	—	—
	gl	—	—	—	—	—
	p-value	—	—	—	—	—
taxa_participação_feminina_QTD_ELEITOR	R de Pearson	-0.3955	-0.0077	0.1668 ***	0.0805 **	0.0206
	gl	90	344	2024	1453	1531
	p-value	1.000	0.557	< .001	0.001	0.210
taxa_participação_feminina_entre_candidatas	R de Pearson	0.3279 *** 0,1075	0.1598 ** 0,0255	0.0798 *** 0,0064	0.0203	-0.0467
	gl	90	344	2024	1453	1531
	p-value	< .001	0.001	< .001	0.220	0.966
taxa_participação_feminina_entre_eleitos	R de Pearson	-0.2250	-0.0848	-0.0874	-0.0618	-0.0563
	gl	90	344	2024	1453	1531
	p-value	0.984	0.942	1.000	0.991	0.986
taxa_participação_feminina_entre_receitantes	R de Pearson	-0.0486	0.0359	0.0616 ** 0,0038	0.0889 *** -0,0079	0.1260 *** 0,0159
	gl	90	344	2024	1453	1531
	p-value	0.677	0.253	0.003	< .001	< .001
taxa_participação_feminina_entre_votos	R de Pearson	-0.1196	-0.0167	-0.0031	0.0267	0.0474 *
	gl	90	344	2024	1453	1531
	p-value	0.872	0.621	0.555	0.154	0.032

Nota. H_a é correlação positiva

Nota. * p < .05, ** p < .01, *** p < .001, unicaudal

Elaboração própria.
Fontes: TSE e IFDM.

Tabela 07- Matriz de correlação e R² entre eleição 2016 x IDSC 2022, por porte

ELEIÇÃO 2016 X taxa_Pontuação_Índice_ODS						
Matriz de Correlações		Grande R ²	Médio-Grande R ²	Médio R ²	Pequeno-Médio R ²	Pequeno R ²
taxa_Pontuação_Índice_ODS	R de Pearson	—	—	—	—	—
	gl	—	—	—	—	—
	p-value	—	—	—	—	—
taxa_participação_feminina_QTD_ELEITOR	R de Pearson	-0.1209	0.0272	0.2180 *** 0,0475	0.1303 0,0170	0.0939 *** 0,0088
	gl	90	347	2069	1479	1553
	p-value	0.875	0.306	< .001	< .001	< .001
taxa_participação_feminina_entre_candidatas	R de Pearson	0.2462 ** 0,0606	0.1870 *** 0,0350	0.0873 *** 0,0076	0.0007	0.0141
	gl	90	347	2069	1479	1553
	p-value	0.009	< .001	< .001	0.490	0.289
taxa_participação_feminina_entre_eleitos	R de Pearson	-0.0621	-0.0524	-0.0905	-0.0403	-0.0038
	gl	90	347	2069	1479	1553
	p-value	0.722	0.835	1.000	0.940	0.560
taxa_participação_feminina_entre_receitantes	R de Pearson	-0.0620	-0.0524	-0.0905	-0.0403	-0.0038
	gl	90	347	2069	1479	1553
	p-value	0.722	0.835	1.000	0.940	0.560
taxa_participação_feminina_entre_votos	R de Pearson	0.0832	0.1016 * 0,0103	0.0224	0.0427	0.0511 * 0,0026
	gl	90	347	2069	1479	1553
	p-value	0.215	0.029	0.154	0.050	0.022

Nota. H_a é correlação positiva

Nota. * p < .05, ** p < .01, *** p < .001, unicaudal

Elaboração própria.
Fontes: TSE e IDSC-BR.

**Participação político-eleitoral das mulheres e desenvolvimento sustentável:
uma tênue relação inesperada**

Tabela 08 - Matriz de correlação e R² diferença entre 2012 2008 x IFDM 2016, por porte

Matriz de		DIFERENÇA 2012 2008 X IFDM_GERAL_2016									
		Grande	R ²	Médio-Grande	R ²	Médio	R ²	Pequeno-Médio	R ²	Pequeno	R ²
IFDM_GERAL_2016	R de Pearson	—		—		—		—		—	
	gl	—		—		—		—		—	
	p-value	—		—		—		—		—	
taxa_participação_feminina_QTD_EL	R de Pearson	0.1010		0.1724 ***	0,02972	0.0557 **	0,0031	0.0224		0.0718 **	0,00516
	gl	90		344		2023		1452		1531	
	p-value	0.169		< .001		0.006		0.197		0.002	
taxa_participação_feminina_entre_ca	R de Pearson	-0.1268		-0.0626		0.0127		0.0660 **	0,00436	0.0479 *	0,00229
	gl	90		344		2023		1452		1531	
	p-value	0.886		0.877		0.285		0.006		0.030	
taxa_participação_feminina_entre_el	R de Pearson	-0.0664		0.0445		-0.0018		-0.0334		-0.0020	
	gl	90		344		2023		1452		1531	
	p-value	0.735		0.205		0.532		0.898		0.531	
taxa_participação_feminina_entre_re	R de Pearson	0.0206		0.0520		0.0637 **	0,0041	0.0784 **	0,00615	0.1067 ***	0,01138
	gl	90		344		2023		1452		1531	
	p-value	0.423		0.167		0.002		0.001		< .001	
taxa_participação_feminina_entre_vo	R de Pearson	-0.0189		0.0888 *	0,00774	0.0676 **	0,0046	0.0705 **	0,00497	0.1298 ***	0,01685
	gl	90		344		2023		1452		1531	
	p-value	0.571		0.050		0.001		0.004		< .001	

Elaboração própria.
Fontes: TSE e IFDM.

Tabela 09 - Matriz de correlação e R² diferença entre 2016 2012 x IDSC 2022, por porte

Matriz de		DIFERENÇA 2016 2012 X taxa_Pontuação_Índice_ODS									
		Grande	R ²	Médio-Grande	R ²	Médio	R ²	Pequeno-Médio	R ²	Pequeno	R ²
taxa_Pontuação_Índice_ODS	R de Pearson	—		—		—		—		—	
	gl	—		—		—		—		—	
	p-value	—		—		—		—		—	
taxa_participação_feminina_QTD_EL	R de Pearson	0.0546		0.0158		0.0167		0.0863 ***	0,0074	-0.0008	
	gl	90		347		2069		1479		1553	
	p-value	0.303		0.384		0.223		< .001		0.512	
taxa_participação_feminina_entre_c	R de Pearson	-0.1952		-0.1227		-0.0409		-0.0205		-0.0403	
	gl	90		347		2069		1479		1553	
	p-value	0.969		0.989		0.969		0.784		0.944	
taxa_participação_feminina_entre_e	R de Pearson	0.1319		0.0903 *	0,0082	0.0240		0.0418		0.0114	
	gl	90		347		2069		1479		1553	
	p-value	0.105		0.046		0.138		0.054		0.326	
taxa_participação_feminina_e_entre_p	R de Pearson	-0.0162		-0.0805		-0.1088		-0.0713		-0.0848	
	gl	90		347		2069		1479		1553	
	p-value	0.561		0.933		1.000		0.997		1.000	
taxa_participação_feminina_entre_v	R de Pearson	0.2988 **	0,0893	0.1670 ***	0,0279	0.0637 **	0,0406	0.0592 *	0,0035	-0.0205	
	gl	90		347		2069		1479		1553	
	p-value	0.002		< .001		0.002		0.011		0.790	

Elaboração própria.
Fontes: TSE e IDSC-BR.

**Participação político-eleitoral das mulheres e desenvolvimento sustentável:
uma tênue relação inesperada**

Tabela 10- Matriz de correlação e R² diferença entre 2016 2008 x IDSC 2022, por porte

Matriz de		DIFERENÇA 2016 2008 X taxa_Pontuação_Índice_ODS									
		Grande	R ²	Médio-	R ²	Médio	R ²	Médio-	R ²	Pequeno	R ²
taxa_Pon	R de	—		—		—		—		—	
tuação_I	Pearson	—		—		—		—		—	
ndice_O	gl	—		—		—		—		—	
DS	p-value	—		—		—		—		—	
taxa_part	R de	0.2581 **	0,0666156	0.0796		0.0414 *	0,001714	0.0775 **	0,0060063	0.0484 *	0,0023426
icipação_	Pearson	90		347		2067		1479		1553	
feminina	gl	0.007		0.069		0.030		0.001		0.028	
_QTD_EL	p-value										
taxa_part	R de	0.0428		0.0657		0.0228		0.0438 *	0,0019184	0.0329	
icipação_	Pearson	90		347		2067		1479		1553	
feminina	gl	0.343		0.110		0.150		0.046		0.098	
_entre_e	p-value										
taxa_part	R de	-0.0784		-0.1114		0.0291		0.0732 **	0,0053582	0.0372	
icipação_	Pearson	90		347		2067		1479		1553	
feminina	gl	0.771		0.981		0.093		0.002		0.071	
_entre_c	p-value										
taxa_part	R de	0.0053		-0.0010		-0.0520		0.0030	0,000009	-0.0083	
icipação_	Pearson	90		347		2067		1479		1553	
feminina	gl	0.480		0.507		0.991		0.454		0.629	
_entre_v	p-value										
taxa_part	R de	0.1610		0.1901 **	0,036138	0.1066 **	0,0113636	0.1331 **	0,0177156	0.0787 **	0,0061937
icipação_	Pearson	90		347		2067		1479		1553	
feminina	gl	0.063		< .001		< .001		< .001		< .001	
_entre_v	p-value										

Nota. H_a é correlação positiva

Nota. * p < .05, ** p < .01, *** p < .001, unicaudal

Elaboração própria.
Fontes: TSE e IDSC-BR.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Mariana Silveira Dourado Moraes: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação), Visualização [de dados (infográfico, fluxograma, tabela, gráfico)] e Administração do Projeto.

Vanessa Reis de Oliveira Caetano: Conceituação, Análise Formal, Metodologia e Escrita (revisão e edição).

Ivan Jairo Junckes: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação), Visualização [de dados (infográfico, fluxograma, tabela, gráfico)], Supervisão e Validação.

Recebido em 30 de agosto de 2024.

Aceito em 10 de outubro de 2024.

**Mariana Silveira Dourado Moraes, Vanessa Reis de Oliveira
Caetano, Ivan Jairo Junckes**

